

## Câmara de Bragança

## Sistema de cobrança de água "engorda" facturas

A cobrança da água pelo sistema de estimativa, com leitura real de 3 em 3 meses, lançada pelo Câmara Municipal de Bragança, está a provocar reacções generalizadas de descontentamento dos consumidores que viram as suas facturas aumentar de forma que muitos consideram despropositada.

De facto, visto que as taxas estão concebidas de modo a promover a parcimónia no consumo de água, penalizando gradativamente os consumos mensais, o processo de estimativa, com base em consumos anteriores, pode traduzir-se em cobranças excessivas, porventura irrecuperáveis pelos munícipes. Ao fim de três meses não é possível discernir em que mês o consumidor deveria ser penalizado por ter ultrapassado determinados níveis de consumo.

A Câmara Municipal alega que dispõe de uma linha verde, através da qual os consumidores poderão, em cada mês, fornecer a leitura dos seus contadores. De qualquer modo, as eventuais cobranças excessivas não ficarão resolvidas. Daí que haja munícipes que tencionam mandar cessar os pagamentos da água através de conta bancária, de modo a poderem controlar convenientemente a situação.

## Problemas de abastecimento?

Para além da questão

das cobranças, a água pode vir a constituir um problema nos próximos tempos, principalmente se os níveis de pluviosidade se mantiverem relativamente baixos. A barragem de Serra Serrada que alimenta os depósitos do monte de S. Bartolomeu, apresenta níveis muito baixos que, no verão, se poderão tornar insustentáveis, obrigando ao recurso a alternativas que se pensaria serem definitivamente desnecessárias.

Entretanto, a última fase do empreendimento do Alto-Sabor que passa pela construção da barragem de Veiguinhas, de elevada capacidade de armazenamento e necessária para rentabilizar a central hidroeléctrica já em funcionamento, não parece estar nos horizontes próximos do actual executivo camarário.

## Ruas sem nome e casas sem número

Depois de, até há cinco anos atrás, uma comissão da Assembleia Municipal ter desenvolvido um trabalho de atribuição de topónimos a dezenas de ruas da cidade e de se ter promovido a numeração correcta das casas nessas ruas, nada mais tem sido feito nesse sentido. Assim, em vários bairros continua a grassar o caos, que se traduz em graves prejuízos para os cidadãos nas suas relações principalmente com as instituições, a banca, os seguros, mas mesmo na sua vida particular.

Trata-se de uma questão que seria facilmente resolvida, até porque não implica grandes despesas. Requer, isso sim, iniciativa e vontade política.

## Parquímetros: a tentação do excesso?!

A duplicação dos lugares de estacionamento pago e o aumento do preço/hora foi a grande novidade no primeiro mês do ano. Praticamente, nenhuma das ruas com alguma actividade comercial na baixa da cidade ficou livre de estacionamento condicionado, criando dificuldades aos residentes e comerciantes, visto que não está sequer disponível o cartão que permitirá, para aqueles, o desconto de 50%.

Esta operação, mais do que expressão de uma estratégia de racionalização do estacionamento na cidade, parece um expediente para aumentar receitas, sem denotar preocupações com a criação de alternativas sérias a utilizar pelos cidadãos. A caminhar assim, a tendência será para que, qualquer dia, dadas novas concentrações de estacionamento em zonas limítrofes ao espaço condicionado, a Câmara só vislumbrará como solução, instalar novas máquinas, até que os carros deixem mesmo de circular pela cidade. Como diz o povo: "o que é demais, é moléstia..."

T.V.

## As pontes do IP4: da demagogia à realidade

Foi levantada uma questão relativa à eventual "inviabilização" de futura "duplicação" do IP4, pelo simples motivo de não se dotarem de largura suficiente as duas pontes actualmente em construção no trecho Bragança-Quintanilha, isto para, alegadamente, um dia se poder vir a transformar em auto-estrada.

Ora, parecendo-me ser esta uma falsa questão, acho oportuno tecer aqui alguns comentários, até porque estranhei quer o excessivo sensacionalismo com que a comunicação social tratou o assunto, quer ainda a aparente demagogia com que os políticos locais o criticaram. Até o Bispo da Diocese veio a terreiro alegar a "falta de visão" das entidades responsáveis pelas obras públicas, o que terá acentuado o carácter pseudo-dramático da questão.

Começaria por pôr em dúvida a validade do conceito de "duplicação" dos IP's, habitualmente considerado solução para o aumento futuro da capacidade da rede viária. Com efeito, será até tecnicamente desaconselhável que se opte pela reconversão de certos troços, nomeadamente quando se situam em zonas de orografia acidentada. É que os actuais IP's são, na generalidade dessas zonas, concebidos com as características de traçado próximas dos limites aceitáveis para a respectiva categoria, cuja velocidade de projecto de 100 km/h condiciona, por exemplo, os raios das curvas, atingindo-se ainda rampas de considerável inclinação, como é o caso do troço em construção.

Nas auto-estradas terão que ser consideradas velocidades bastante superiores às dos IP's, o que leva a geometria dos traçados consideravelmente diferente, não se tolerando inclinações excessivas dos traneis, além de outras características a que estas rodo-

vias de grande capacidade devem obedecer, tornando, assim, muito ambíguo o conceito de via com "perfil de auto-estrada" que habitualmente é referido na opinião pública. Parece que se limitam a considerar que basta que uma estrada tenha um perfil transversal com dupla faixa de rodagem e separador central para ser uma auto-estrada, o que não é verdade.

A largura adicional de escassos 0,75 metros para cada lado do tabuleiro das pontes, que se vem referindo como sendo suficiente para permitir a futura instalação de 4 vias de circulação, constitui um erro de perspectiva, pois tal largura não permitiria a instalação das necessárias bermas laterais, com funções de bandas de paragem de emergência, nem um adequado separador central. Também o custo referido de 150 mil contos para se incluir o alargamento, não passa de um custo meramente teórico, avaliado ainda antes de terem os trabalhos sido iniciados, não concertado com a empresa empreiteira, mas que na fase do decurso dos trabalhos se tornaria substancialmente superior, dada a inerente alteração das condições técnicas da empreitada.

Ora, ao contrário do que vem sendo defendido, a falta de visão que se pode alegar é, quanto a mim, a de se querer obter uma auto-estrada a partir da dita "duplicação" deste trecho do IP4, o que não deixaria de ser uma solução atamancada, sem qualquer semelhança com uma verdadeira auto-estrada, cómoda e segura. O problema do eventual aumento do tráfego que leve à necessidade de constituição futura de um corredor viário de alta capacidade, de interesse internacional, deverá passar pelo seu estudo em devido tempo, com traçado novo, passando mesmo

algo distante de Bragança, eventualmente bastante mais a sul desta cidade, por parecer o caminho mais directo para Espanha. Entre outros benefícios óbvios, nomeadamente para a nossa região, estariam os factos de se evitarem os incómodos inerentes aos trabalhos terem que decorrer com a via em serviço e de resultar um acréscimo de rede viária.

No fundo, o que parece estar em causa é o tráfego futuro, que será preponderantemente originário do litoral com destino ao estrangeiro, não parecendo lógico que sejam as entidades desta região a preocuparem-se demasiado com esta questão que deverá ser, antes de mais, tratada no âmbito de uma adequada estratégia nacional de transportes. É que as políticas actuais e futuras no que diz respeito aos transportes, de mercadorias e passageiros, poderão inflectir, por exemplo, no sentido do reforço da vertente ferroviária, sendo ainda determinante a concretização das restantes rodovias internacionais previstas para o norte do país, para se admitir que não se venham a verificar crescimentos imprevistos dos volumes de tráfego neste troço do IP4. Será, então, prematuro que se pense na inevitabilidade desse crescimento excepcional, a médio prazo.

Julgo, então, que não se deveria ter dado este relevo à questão pois pode até ficar a ideia nos governantes de que não temos mais nada que reivindicar para a nossa região, caindo-se eventualmente no ridículo de as nossas preocupações se estarem a voltar para a defesa dos interesses das regiões do litoral norte que serão certamente as mais beneficiadas com este corredor rodoviário.

António Prada  
Engenheiro Civil



**NORDESTECÓPIA**  
COPIADORES DO NORDESTE, LDA.  
AV.ª Sá Carneiro, 155/161 • Tel. 33 15 34 • Fax 26 145 • 5 300 BRAGANÇA

**COPIADORAS E FAX**

ASSISTÊNCIA TÉCNICA PÓS-VENDA



MINOLTA



**DENTALCLÍNICA**

BRAGANÇA: Rua Almirante Reis, 21, 2.º - Tel. (073) 331546  
CHAVES: Av.ª dos Aliados, Ed. Boega - Tel. 076 3301340 - Fax 3301349

Directora Clínica: Sandra Ribeiro - Médica Dentista; Ruben Lima - Médico Dentista; Alejandra Jesus - Médica Dentista. Hélder Ribeiro - Odontologista, Especialista em prótese removível e fixa pela Faculdade de Odontologia da Universidade de Lille II - France.



CONSTRUÇÕES E VENDA DE APARTAMENTOS  
Av.ª João da Cruz, 38 - 1.º Andar • Tel. (073) 324305 • Fax 324302 • 5 300 BRAGANÇA

**CONSULTE-NOS ANTES DE COMPRAR**

Vendemos nos melhores locais da

Cidade de Bragança

T1. T2. T3.

Aos melhores Preços

A melhor qualidade

EX.º SENHOR

Depósito Legal  
30.609/89

Avenida  
Avença